

**História e memória da ditadura militar em
tempos de (auto)censura:
o jornalismo brasileiro e seus
*clichês historiográficos de autolegitimação***

**History and military dictatorship memory
in periods of (self-)censorship:
Brazilian journalism and its
historiographic clichés of self-legitimation**

André Bonsanto Dias

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Natal, RN, Brasil

Resumo

A proposta deste trabalho se dará em problematizar a ditadura militar enquanto um acontecimento fulcral para a constituição das “modernas” identidades do jornalismo brasileiro. Para tanto, nosso objetivo se dará em perceber como este jornalismo – pensando especificamente nos casos da *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – articulou uma série de discurso que, entre a memória e a história, acabou por legitimar uma narrativa particular sobre sua atuação no período. Se utilizando da prática de (auto)censura e costurando a posteriori aquilo que definimos como *clichês historiográficos de autolegitimação*, estes jornais acabaram por deliberadamente construir uma história que diluiu e silenciou uma série de ambiguidades discursivas na tentativa de legitimar seu reconhecido protagonismo em tempos de democracia.

Abstract

The proposal of this work is to problematize the military dictatorship as a central event for the constitution of the modern identities of Brazilian journalism. In order to do so, our focus will be to understand how this journalism – specifically thinking in the cases of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* – articulated a series of discourse that, between memory and history, legitimized a particular narrative about its performance in the period. Using the practice of (self)censorship and sewing what we define as *historiographic clichés of self-legitimation*, these newspapers deliberately ended up to construct a history that diluted and silenced a series of discursive ambiguities in the attempt to legitimize its acknowledged leading role in democracy times.

Palavras-chave

Jornalismo; ditadura; autocensura; memória; história.

Keywords

Journalism; military dictatorship; (self)censorship; memory; history..

Uma parcela significativa de leituras sobre a história da imprensa e a ditadura militar brasileira é bastante enfática em problematizar o papel preponderante que teve a (auto)censura e o aparato repressivo do regime no sentido de minar a autonomia do fazer jornalístico no país. Memórias, depoimentos e biografias de jornalistas, análises históricas sobre o tema e os próprios discursos de autolegitimação deste jornalismo acabaram por naturalizar aquele como um período sombrio de nossa história, principalmente após o decreto do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Sob este panorama constrói-se a narrativa de que todos resistiram, quando não sofreram as devidas imposições e represálias advindas do regime totalitário que então se instaurava. A ditadura, neste sentido, acabou não apenas perpassando todo um contexto de dificuldades pelo qual estas empresas atravessaram, mas chegou inclusive a moldar, orientar e conduzir a sua própria prática, limitando as possibilidades de um chamado jornalismo “profissional” em realizar de forma comprometida a sua atividade. A saber, aquela que, ao menos discursivamente, sempre se pautou pela busca de uma verdade objetiva, independente e calcada na realidade dos fatos.

Ciente desta conjuntura e propondo uma análise mais enviesada de seus discursos, capaz de enxergar ambiguidades nem sempre tão aparentes, o objetivo deste trabalho se dará em problematizar a ditadura como um acontecimento fundamental que acabou por (re)configurar historicamente o próprio percurso do jornalismo e suas práticas. Sob um contexto em que muitos silenciaram, mas muitos também se beneficiaram por simples adesão e acatamento, a proposta é que possamos perceber como estes discursos atuaram de forma bastante paradoxal: ora silenciando, ora potencializando o protagonismo de uma ditadura que auxiliou na consolidação deste jornalismo, ao mesmo tempo em que, aparentemente, lhes coibia profissionalmente.

Quando falamos de um jornalismo “profissional” estamos nos referindo àquilo que ainda podemos definir como uma “grande imprensa” brasileira, insti-

tuição que, inferimos aqui, se configurou sob bases mais modernas e conquistou reconhecido grau de autonomia devido a uma série de conjunturas instauradas pelo regime militar. Vamos nos ater em especial aos casos da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, dois jornais que, de apoiadores declarados do golpe de 1964, conseguiram angariar forças econômicas, políticas e editoriais para atravessar o período ditatorial como dois grandes baluartes da democracia e do “bom” jornalismo praticado no país, costurando-se sob aquele passado, em presentes bem particulares, a partir de apropriações seletivas de lembranças e esquecimentos.

Ainda que não seja a proposta nos atermos detalhadamente a todo este emaranhado discursivo, limitando-nos aqui a uma análise mais descritiva e contextual dos acontecimentos, o objetivo é que possamos perceber como estes jornais caminharam a eles paradoxalmente, se apropriando inclusive da (auto)censura para consolidar sua própria história ao longo do tempo. Construindo a posteriori aquilo que definimos como *clichês historiográficos de autolegitimação* (DIAS, 2018) estes jornais acabaram por legitimar a narrativa de que foram resistentes, quando não vítimas da ditadura, sobrevivendo a um período que praticamente não era possível se pautar por orientações políticas bem definidas.

A ditadura, entre a memória e a história, será problematizada, portanto, como um acontecimento fundamental para se pensar a própria instituição que este jornalismo diz representar em tempos de democracia, com o intuito de legitimar as capacidades de seu chamado jornalismo “profissional”. Um olhar comprometido a estas questões nos soa essencial principalmente nas atuais conjunturas, em que a suposta autoridade angariada pela instituição passa a ser confrontada cotidianamente com o advento das chamadas “fake news”. A ideia é que possamos dar pistas para historicizar o próprio estatuto de “verdade” construído por estes jornais, uma prática que, para além das notícias, está muitas vezes condicionada às atitudes destes agentes em relação à (sua) história.

A ditadura e suas memórias: um incidente crítico e criticado

O acontecimento, como um constante “vir a ser”, é aquilo que se torna, afetando uma cadeia de relações que se modifica e conflui, entre a memória e a história. (QUERÉ, 2005) Evento multifacetado que demanda múltiplas leituras, de um acontecimento nos interessa perceber as suas dilatações temporais, a “natureza estratégica” (Zelizer, 1992) de discursos constantemente (re)acionados no, com e pelo tempo, a partir de circunstâncias as mais diversas. Para além de nos debruçarmos sob a construção destes eventos, o importante é evidenciar sua “segunda vida” (QUERÉ, 2012). Um processo complexo, atravessado por rupturas e ressignificações e que está condicionado à própria maneira como os atores que lhes carregam o afetam e lhes dão significado.

A ditadura militar será aqui, portanto, relacionada às próprias memórias do jornalismo e às verdades que sua instituição pretende imputar - ou esconder - à sua imagem como dignas de reconhecimento. Isso nos coloca uma série de questões relacionadas diretamente ao papel da memória, da autoridade e das verdades que o jornalismo intenta legitimar frente à (sua) história. Ao potencializar determinadas “verdades” em detrimento de outras, conduzindo os acontecimentos sob fluxos diversos, o jornalismo, seus discursos e atores, procura na verdade legitimar seu próprio protagonismo. Um processo que acabou por reforçar as capacidades de uma instituição que diz praticar um jornalismo mais “profissional”, confiável, legítimo e, portanto, digno de ser reconhecido como tal.

Partindo destas premissas, a ditadura há de ser problematizada como um “incidente crítico” (Zelizer, 1992), aqueles momentos-chave que proporcionam às sociedades avaliar seus próprios valores, fazendo com que os diversos atores que a constituem se insiram em um embate pela nego-

ciação de sentidos, contestando padrões de ação e disputando versões “corretas” sobre os fatos que relatam. Como um acontecimento fundador e traumático para a história recente do país, a ditadura e as narrativas que dela se desdobram estão inseridas nas lutas por reconhecimento. É a partir destes acontecimentos que o jornalismo vai historicamente fortalecendo a sua comunidade de intérpretes, já que seu trabalho não se dá apenas em construí-los, mas também em perpetuar suas histórias na história, re(a)presentando personagens e contextos, dando novos olhares, silenciando algumas vozes, potencializando outras.

Ainda vivendo conosco em seus resquícios, da ditadura sempre nos chegam rastros, (re)suscitados esporadicamente seja para reforçá-los ou lhes dar novas leituras e interpretações. Como um incidente crítico, foi celebrada, refutada, criticada, nem sempre encarada como digna de reconhecimento ou vista com unanimidade. Instrumentalizada pelos usos e abusos da memória e do esquecimento, da ditadura já se teve orgulho e vergonha. Jornais já pediram desculpas por tê-la apoiado, na tentativa de assim reconfigurar a sua própria história e identidade.

Devemos levar em conta, portanto, que a ditadura se constituiu como um acontecimento “recalcado” (SILVA, 2011) difícil de se explicar por sua aparente unidade. Daí a importância de problematizarmos como o jornalismo, sob que pretextos e conjunturas, foi articulando algumas “verdades” do/ sobre o acontecimento, na tentativa de legitimar uma narrativa particular a ser reconhecida frente às suas capacidades. Não queremos afirmar com isso que foi apenas o jornalismo quem “recalçou” o acontecimento, com objetivos estritos de se auto-legitimar. Com o fim da experiência de um regime ditatorial, - em especial quando ocorre uma transição transacionada, sem rupturas, negociada entre os altos escalões do poder, como foi o caso do Brasil - as sociedades em geral acabam por trilhar

a comumente mais segura via do esquecimento.¹ Para que se evite falar de possíveis consensos e consentimentos, em geral prefere-se esquivar daquele passado recente, negá-lo ou até mesmo reformulá-lo. Uma releitura seletiva que, de acordo com o historiador Bruno Groppo (2015, p. 13), acaba criando mitos que não descrevem de forma comprometida o passado como ele “realmente foi”, mas como se “desejava que fosse”.

Dentre estes mitos, alimentados com o intuito de reconfigurar memórias e identidades coletivas, um dos mais importantes e, para nós, fundamental para se problematizar o percurso trilhado pelo jornalismo, é aquele que acabou por legitimar uma parcela da sociedade como simples *vítima e/ou resistente* à ditadura. (GROPPO, 2015). Aqueles que se autoproclamam *vítimas* acabam muitas vezes por afastar de si a questão das responsabilidades, como se nada pudesse ter sido feito a não ser acatar imposições vindas de forma arbitrária. Por outro lado, enquanto seu papel de *resistentes*, estes atores procuram reconhecer-se a partir de uma imagem heroica de combate frente aos ditames do poder.

Assim, no caso do jornalismo, podemos afirmar que a instituição acabou por construir a imagem de que fora ao mesmo tempo *inocente e resistente*. Uma atitude paradoxal que vai caminhar junto às narrativas da instituição e será fundamental para legitimar suas identidades frente à nova democracia que se descortinava. Por ter uma função “terapêutica”, estes mitos auxiliam a suprimir traumas de um passado que se pretende esquecer. Simultaneamente, pela forma como narrativas e memórias sobre aqueles idos são acionadas em presentes particulares, os mitos são utilizados como álibis, es-

tratégias que camuflam a história e/ou muitas vezes a simplifica. Mesmo tendo atravessado o período da ditadura como grandes vencedores, já que, conforme veremos à frente, o processo de modernização e crescimento desta chamada grande imprensa se deu justamente sob este contexto, os jornais aqui analisados construíram uma narrativa - a partir do que chamaremos de *clichês historiográficos de autolegitimação* - de que também foram os “vencidos” da história, pertencentes a uma parcela da sociedade que, comprometida única e exclusivamente com os preceitos da legalidade democrática, *resistiu mas sofreu* com a ditadura, uma força externa e estranha que, como uma “chapa de metal” pesado, subjugou e reprimiu a todos. (AARÃO REIS, 2014)

Os “vencidos que venceram” (Rollemberg, 2006) legitimam assim uma memória problemática, que se lembra pelo esquecimento, negando muitas vezes a história inerente aos processos em disputa. Narrativas-álibi como estas são fundamentais aos agentes que a constituem pois os auxiliam a criar versões políticas mais seguras e “apaziguadoras” sobre os acontecimentos, onde todos acabam por encontrar seu lugar. Virando as costas para o passado, preferiu-se assim demonizar a ditadura, como que se dela fosse preciso exorcizar-se, um “tempo de trevas”, superado e vencido. Esta arquitetura simplificada constituída por raciocínios binários e polarizados, - ditadura x democracia, opressão x liberdade, repressão x resistência - fez com que se legitimasse uma “incômoda e contraditória” memória sobre os tempos da ditadura no Brasil, acredita Aarão Reis (2000; 2014).

Obviamente que com isso não estamos querendo relativizar o caráter opressor e autoritário de um regime como a ditadura militar brasileira. O objetivo é que possamos pensar estes regimes como constructos sociais, desmistificando memórias que os enxergam apenas a partir de suas práticas manipuladoras e de coerção. Estamos aqui dialogando com os trabalhos de Rollemberg e Quadrat (2010) na tentativa de diagnosticar um panorama

1 A ditadura militar no Brasil encerrou seu ciclo com uma espécie de acordo estabelecido entre grupos de civis e militares, tendo como marco a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, que “perdoou” os dois lados de uma suposta guerra travada entre o regime e seus opositores. Para uma leitura mais detalhada sobre aquilo que ainda “resta” da ditadura no ainda frágil processo de transição democrática brasileiro, consultar as obras de Teles e Safatle (2010) e Pinheiro (2014).

mais abrangente e pensar a ditadura para além de suas vítimas e algozes em um viés maniqueísta. É preciso, como bem apontam estes estudos, analisar a “construção social” dos regimes autoritários sem o apego muitas vezes sedutor das necessidades do presente. Apego que por vezes acaba encobrendo sutilezas, continuidades e rupturas de um passado que está sempre a descortinar futuros possíveis.

É preciso que saibamos fugir de dicotomias, discursos que encobrem as nem sempre evidentes relações entre a sociedade e seus regimes políticos. Ao pensar nas “ambivalências” dos jornais e suas ditaduras queremos perceber um processo que não lhes é estranho. Pelo contrário, lhes está nas entranhas fazendo parte de seus discursos e da constituição de suas identidades. Afinal, se todos de fato resistiram e repudiaram o regime, como então teria a ditadura militar brasileira durado longos 21 anos, voltando constantemente a nos assombrar? Só nos será possível encarar melhor esta complexa questão se verificarmos como criaram-se consensos, acomodações e redes de interesses que em tese refletiram em ganhos, sejam simbólicos e/ou materiais para muitos atores que participaram ativamente deste ainda conturbado acontecimento. (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010)

Como resultado de uma construção social, a história da ditadura não é portanto uma história do bem contra o mal. Quando falamos em “ambivalência”, por exemplo, estamos nos referindo ao termo proposto por Pierre Laborie (2001; 2010) para problematizar o “duplo pensar” dos franceses ao longo do regime de Vichy na Segunda Guerra Mundial. O termo, apropriado pela corrente historiográfica brasileira sob a qual estamos aqui dialogando, nos auxilia a pensar como determinados atores atuaram não sob posturas aparentemente “antinômicas”, contra e/ou a favor mas, em certos casos, sendo “um pouco dos dois ao mesmo tempo”. Esta “cultura do duplo” nos abre assim uma série de possibilidades para identificar como determinada sociedade poderia ter agido sob sentimentos opos-

tos onde, para sobreviver, “tiveram de aprender a existir com duas imagens de si mesmos: um rosto para mostrar publicamente a fim de subsistir e um para esconder a fim de preservar uma maneira de ser e agir. (LABORIE, 2010, p. 39-40)

Pensar as “ambivalências”, neste sentido, nos possibilita problematizar as “imagens de si” de um jornalismo que constantemente se (retro)alimenta de seus próprios discursos. Com o intuito de se autolegitimar e assim circunscrever a sua autoridade, suas memórias na história, este jornalismo necessitou realizar uma série de elaborações discursivas de natureza estratégica. Dizer isso é afirmar mais uma vez que as ambivalências de um regime conservador-autoritário como a ditadura militar brasileira estiveram permeadas por estratégias que transbordam a lógica binária da colaboração x resistência. Se houve adesão e resistência, também houve um processo de “acomodação” entre sociedade e regime. Ou seja, não houve efetivamente uma ruptura radical entre grupos que ora se conflitavam, ora se beneficiavam mutuamente. Estas ações, muitas vezes paradoxais e contraditórias são inerentes à cultura política brasileira e foram fundamentais para configurar as particularidades de nossa ditadura, acredita o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

No caso específico dos jornais aqui analisados, pensar a construção das memórias da ditadura a partir de suas “ambiguidades” pode nos auxiliar a perceber como as mais diversas narrativas sobre o acontecimento foram se dilatando, assumindo diferentes perspectivas de acordo com seus sucessivos presentes da enunciação. Pela forma como vai sendo lembrada, reatualizada e também, muitas vezes silenciada e esquecida, a ditadura para estes jornais vai se configurando sob uma memória mutável, dinâmica e permeada de vicissitudes. (NAPOLITANO, 2015) Dialogando junto a diversos atores, o jornalismo acabou assim por se legitimar como um dos principais responsáveis pela articulação de uma dita “memória hegemônica” da ditadura (NAPOLITANO, 2014; 2015),

uma memória repleta de contradições, desvios e revisões de sentido, que auxiliou na configuração de uma imagem particular sobre o acontecimento e, acima de tudo, caminhou junto à instituição em seu processo de reconfiguração de identidade ao longo da história.²

Esta memória começou se delinear justamente quando se evidenciou uma orientação de hostilidade/repulsa em relação ao regime, constituída por um processo de afastamento de setores liberais da sociedade e os militares então no poder. Ganhando força a partir do final dos anos 1970, no período de distensão política, e se consolidando nas décadas seguintes, este “divórcio entre antigos sócios” (Napolitano, 2014), fez com que se legitimasse a imagem dos “vencedores-vencidos” da história. Emerge progressivamente a partir daí, sob o signo da *resistência*, um discurso crítico sobre a ditadura que convergia elementos de uma esquerda “moderada” - a saber, daqueles que não compactuavam com a luta armada e os movimentos de guerrilha -, com a de uma crítica “liberal”, protagonizado por parcelas do empresariado e a intelectualidade nacional, bem como pelo dito jornalismo “profissional”.

² Há um longo e extenso debate sobre como as memórias da ditadura vêm permeando a sociedade brasileira em seu processo de transição democrática. Neste constante embate entre lembrança e esquecimento, podemos afirmar que em um primeiro momento optou-se por certa “amnésia coletiva” sobre o passado ditatorial, decorrente do caráter “apaziguador” de nosso processo de transição. Com a forte emergência das chamadas “memórias de esquerda”, a partir de meados dos anos 1970-1980, passou-se a se consolidar uma memória hegemônica sobre o regime, constituída por militantecons políticos e uma série de atores que procurou legitimar o papel da resistência democrática em oposição à ditadura. Panorama que se consolidou, - ao mesmo tempo em que se complexificou - no início do século XXI, quando de fato começaram a aparecer análises historiográficas mais críticas e contundentes sobre o período. Os embates pelas versões “corretas” sobre o passado da ditadura no Brasil ainda estão em processo, sob um panorama que vêm sorrateiramente se reconfigurando, já que, na atual conjuntura, memórias até então consideradas “subterrâneas”, - como aquelas que chegam a negar a existência de uma ditadura no país e que por vezes pedem a volta dos militares ao poder - passam a emergirem com reconhecida força. Não é nossa intenção aqui nos ater a este recente debate. Para um panorama geral sobre a questão, consultar os trabalhos de Cardoso (2012), Napolitano (2015) e Wainberg (2010).

Ao procurar silenciar um passado colaboracionista em relação ao regime e legitimar com isso certo protagonismo, as críticas advindas desta “memória hegemônica” da/sobre a ditadura perpassaram complexos e contraditórios processos de construção, caminhando ambigualmente entre setores que ora apoiaram, ora enfrentaram o regime. Este deliberado jogo de lembranças e esquecimentos não deve ser problematizado como “mero cinismo” dos atores que a constituem, como bem pontua Napolitano (2015), mas como parte de todo e qualquer processo de construção da memória social, marcado por rememorações seletivas a partir de presentes particulares. Pensar, portanto, a construção social desta memória hegemônica pela imprensa não é falar apenas de memória, mas de uma memória que se quer história. Uma história particular que os próprios jornais pretendem construir sobre a verdade dos acontecimentos que relatam, na tentativa de legitimar sua autoridade e reconhecimento.

Alimentando-se sob este constante paradoxo e definindo-se por uma heterogeneidade de vozes e discursos, as mutações da memória hegemônica são inerentes aos enquadramentos da “operação midiográfica” (SILVA, 2011), atividade jornalística que consiste em não apenas construir os acontecimentos, mas recontar e ressignificá-los historicamente sob seus termos. Sendo assim, devemos lembrar mais uma vez que ao portar estas memórias, o jornalismo está inserido nos embates para legitimar determinadas fatias de verdade, o que implica em um trabalho de apropriação seletiva dos acontecimentos em momentos específicos e em conjunturas bem determinadas.

Alicerçada sob “dobras” de tempo histórico (NAPOLITANO, 2017), estas memórias comumente realizam pontos de virada, dilatações onde se efetuam revisões críticas e/ou sínteses do que se deve ou não ser significativamente lembrado. Como “dobras” são também momentos em que seu processo de ressignificação entra em “tensão máxima”, justamente por causa dos rearranjos que sofrem em seus

enviesamentos discursivos. Ao percebermos estas tensões poderemos então problematizar como e quando os acontecimentos mudam qualitativamente de sentido “podendo ser reinterpretados radicalmente, subsumido por outros eventos, apagado da narrativa ou, no limite, inventado ou monumentalizado como tal.” (NAPOLITANO, 2017, p. 350)

A moderna tradição do jornalismo brasileiro: a ditadura e sua história

Ainda que tenhamos diagnosticamos este complexo e multifacetado fluxo que emana das memórias e da história da ditadura militar brasileira, não é pretensão de nosso trabalho ater-se detalhadamente às suas conjunturas. Nossa proposta se dará em perceber apenas como o jornalismo, inserido neste contexto, acabou por legitimar para si alguns “álubis”, discursos de autolegitimação que o colocaram posteriormente sob o signo paradoxal de *vítimas-resistentes*, carregando consigo aquilo que poderíamos definir ainda como uma “memória hegemônica” da/sobre a ditadura.

Estes discursos foram fundamentais para alicerçar as bases de um jornalismo que diz representar uma prática “moderna”, legitimada institucional e profissionalmente por uma série de atributos, ancorados na suposta imparcialidade, na objetividade e na verdade factual de seus relatos. Fato é que, quando falamos de institucionalização de um jornalismo dito “profissional” no Brasil, não há como negligenciarmos o contexto da ditadura e seus desdobramentos. Mesmo que tenha se construído uma espécie de “mito” sobre o processo de modernização do jornalismo brasileiro, tendo como marco uma série de transformações técnicas que se potencializaram a partir de meados da década de 1950 (ALBUQUERQUE, 2008; 2010), acreditamos que esta profissionalização tenha se dado, para além de suas práticas, *discursivamente* e sob conjunturas históricas e políticas estritamente delimitadas. Desta forma, o objetivo é que possamos atrelar a ditadu-

ra como um fator constituinte à própria identidade “moderna” destes jornais, fundamental para perceber a importância das articulações discursivas acionadas pelas empresas na tentativa de ressignificar os acontecimentos e sua história em relação a eles.

Se partirmos desta premissa podemos nos apropriar da tese de Renato Ortiz (1989) para pensar que a concepção de um ideal moderno de jornalismo no Brasil seguiu uma espécie de “moderna tradição”, já que ocorreu de fato “fora do lugar”, antecipando mudanças que na verdade iriam se concretizar de forma mais efetiva apenas posteriormente. Se há a tentativa de legitimar um ideal moderno de jornalismo neste momento é possível afirmar que ele ocorreu “sem modernização”, no sentido de que se institui sob uma série de atributos que ainda dialogavam com a tradição e que se fizeram muito mais no âmbito discursivo do que efetivamente na prática.

Neste muitas vezes contraditório percurso, o período marcado pela deflagração da ditadura militar no Brasil, especialmente entre as décadas de 1960-1970, tem para nós valor fundamental. Pensado em um contexto político e econômico mais amplo é este o período onde transformações estruturais mais complexas vão se costurar na sociedade brasileira, consolidando um mercado mais estritamente articulado sob os moldes de uma moderna “indústria cultural”. Vale pontuar aqui que a expansão desta indústria se deu sob uma estreita relação entre o empresariado e o Estado em um viés bastante paradoxal. Presenciávamos neste momento uma (auto)censura que era tanto repressiva quanto “disciplinadora”, ou seja, que não se dava apenas pelo veto, mas por orientações que demandavam silêncios e acatamentos. (SMITH, 2000) Desta forma, havia controle mas também incentivo àqueles que se aproximavam das cercanias do poder, seja por adesão explícita e/ou relações de cumplicidade. Isso se dava, acredita Ortiz (1989), por duas vias que obviamente não eram excludentes: havia censura e repressão político-ideológica ao mesmo tempo em que houve uma significativa expansão

dos bens e produtos culturais ligados aos veículos de comunicação no país, já que o próprio Estado era o maior promotor e incentivador de seu desenvolvimento, reconhecendo, portanto, a importância do papel das mídias e do jornalismo neste processo.

Comumente, os estudos e memórias ligados ao período da ditadura no país são enfáticos em relatar o constante embate que o jornalismo e seus jornalistas travaram com a censura e o Estado autoritário (ALVIM, 1969; CONY, 1964; COTTA, 1997; MARCONI, 1980). No entanto, precisamos focar nossa análise não apenas na atuação do Estado em seu papel repressor e/ou da imprensa em sua atuação combatente e de imanes resistência, atuando como em uma via de mão única. O fundamental aqui é que enxerguemos uma relação que se deu também por ambíguos, e por isso nem sempre tão visíveis, movimentos de acomodação, resistência, adesão e proximidade.

A própria ideia de censura, por exemplo, precisa ser relativizada para que possamos perceber uma prática que às vezes fora um pouco mais complexa quanto se parece. A leitura de Aquino (1999) nos chama a atenção para este ponto, ao repensar a ideia maniqueísta de uma censura executada de forma unilateral por um Estado onipresente e opressor e, de outro, uma imprensa vítima, órgão que sempre lutou pela liberdade de expressão e que, no momento da ditadura, nada ou pouco poderia fazer visto que encontrava-se cerceada. Como nos mostra Kushnir (2004), a censura existia inclusive dentro das redações, executada muitas vezes pelos próprios jornalistas em situações que extrapolavam a ideia de uma atividade autoritária e inequívoca. Ao tratar sobre a experiência do jornal *Folha da Tarde*, - então pertencente ao grupo *Folha* - a autora diagnosticou aquilo que ela definiu como os “cães de guarda”, espécie de jornalistas-censores-policiais que atuavam com o regime de forma colaborativa. Assim, não devemos nos esquecer que o desenvolvimento dessa indústria só foi possível àquele momento a partir de uma “ponte de interesses” entre o

empresariado e os militares, que se deu sob objetivos econômicos e também políticos.

Colocada a questão sob estes termos Ortiz (1989) acredita que a questão da censura ajuda a nos evidenciar os movimentos de interesse e proximidade que estão relacionados ao processo de modernização tanto das mídias quanto do Estado. Este é um momento em que, acredita ainda o autor, as mídias, em seu processo de modernização, circunscreveram-se à necessidade de “conquistar o mercado a qualquer preço”, com o intuito de ampliar um leitorado que gradativamente vinha sendo conquistado nas décadas anteriores. Portanto, se o jornalismo procurava se inserir discursivamente em uma fase que se distanciava cada vez mais da política, consolidando-se enquanto uma atividade técnica - “isenta”, “apartidária” e “objetiva” - e profissional, não podemos negligenciar que isto se dava em um momento de forte “repolitização” do aparelho do Estado, o que significa que “o processo de despolitização que estávamos considerando, exclusivamente a nível de mercado, se beneficia de um reforço político.” (ORTIZ, 1989, p. 155)

O que nos parece fundamental, reforçamos mais uma vez, é perceber que este amplo processo da chamada “modernização” por qual passou a imprensa brasileira ao longo de uma parcela significativa do século XX teve um momento fulcral com a emergência da ditadura. Isso porque acreditamos na importância de seu papel para moldar aquilo que se definiu como uma “grande imprensa” no Brasil, consolidando importantes conglomerados jornalísticos que perduram na maioria dos casos até os dias de hoje.

Por isso devemos pensar que a história da modernização da imprensa no país é também, como bem aponta Ribeiro (2007, p. 207), a “história do desaparecimento de parte dela”, visto que neste processo de reformulação e ampliação do chamado jornalismo “profissional”, se descortinava concomitantemente um cenário de forte concentração empresarial. Evidente que existiram circunstân-

cias particulares que auxiliaram no fortalecimento e desaparecimento de cada uma destas empresas. Muitas delas também, pondera Ribeiro (2007; 2014), tiveram seu declínio simplesmente por má gerência e administração mas, em muitos casos, devemos levar em consideração aspectos que não se deram meramente pelo caráter econômico desta conjuntura.

Isso significa que havia fatores para além da livre concorrência de mercado que regiam o cenário de uma imprensa “moderna” em transformação. A ditadura militar vigente no Brasil por mais de duas décadas (1964-1985) acabou por influir diretamente neste processo, seja por meio da censura – que favorecia o consentimento e a adesão –, seja por meio da regulamentação e controle de subsídios, impostos e da publicidade oficial. Diante de um cenário como esse é evidente que as empresas necessitavam se “blindar” a partir de técnicas administrativas mais organizadas, o que exigia certo jogo de cintura para negociar com um regime que oprimia, mas também incentivava aqueles que com ele dialogavam (RIBEIRO, 2007).

Praticamente todos os jornais foram afetados por este conturbado cenário, apesar de que os “maiores” e “mais eficientes” (RIBEIRO, 2007), acabaram por de fato conseguir melhores condições para enfrentá-la. A questão é que os jornais “vencedores” que se “beneficiaram com o processo de concentração, não o fizeram sem a ajuda do poder público.” (RIBEIRO, 2007, p. 209) Concentração aqui não diz respeito, portanto, apenas ao fortalecimento de certas empresas em detrimento de outras, mas a todo um processo de reconfiguração do modo de se fazer e pensar o mercado e o campo do jornalismo no Brasil em sua relação com o Estado ditatorial então vigente

Como consequência dessa reorganização/concentração podemos afirmar que as empresas jornalísticas “vencedoras” saíram deste processo de reformulação com autoridade suficiente para conduzir uma trajetória de autonomização do campo. Para

nós este é um dado extremamente significativo para pensar o processo de modernização do jornalismo no Brasil em sua íntima relação com os ditames da política. A “modernização” aqui não está sendo necessariamente pensada como o aperfeiçoamento e o resultado de técnicas de profissionalização, mas primordialmente como uma atitude de tato político, fundamental para o seu resultado e eficácia.

Neste momento de expansão, mas também de evidente crise e cerceamento da imprensa, sobreviveu quem soube se apropriar da delicada situação política para conquistar significativos avanços econômicos e legitimar assim seu reconhecimento e autoridade. Nem sempre é pela notícia que vemos ler o jornalismo e seus discursos. As “verdades” que intentam ser instauradas por uma instituição que se diz “moderna” só podem ser de fato problematizadas se colocadas sob suas devidas conjunturas e contextos, o que nem sempre emerge de forma aparentemente clara àquilo que o jornalismo diz ser e representar.

Dito isto, podemos de uma vez por todas desnaturalizar “mitos” e pensar de forma mais comprometida a modernização do jornalismo no Brasil. O jornalismo brasileiro foi ao mesmo tempo, ambígua e paradoxalmente, agente e vítima deste processo de modernização autoritária.

(Auto)censura e jornalismo: a ditadura entre a memória e a história

Ao realizarmos este breve diagnóstico, partimos do pressuposto de que a grande imprensa no Brasil se configurou àquele momento como um dos principais atores que deram legitimidade e sustentação ao golpe de 1964. Por essa razão, boa parte da historiografia brasileira prefere atualmente se referir ao golpe como “civil-militar” e não apenas como “militar”, já que houve de fato uma movimentação significativa de parcelas da população na deposição

do governo de João Goulart.³ Dentre estas análises, há leituras mais taxativas que chegam a definir o golpe como “midiático-civil-militar” (SILVA, 2014), procurando enfatizar supostos colaboracionismos, adesões explícitas de empresas que teriam apoiado a conspiração dos militares, lhes garantindo legitimidade primordial e necessária para a sua sustentação (LARANJEIRA, 2014).

Cientes disso, partimos do pressuposto de que tanto a *Folha* quanto *O Globo* apoiaram e legitimaram o golpe que deflagrou a ditadura militar no Brasil, fato já assumido inclusive pelas próprias empresas. Mas isso para nós é apenas um ponto de partida a orientar nosso percurso, visto que buscamos problematizar aqui, ainda que brevemente, uma série de ambiguidades discursivas utilizadas deliberadamente pelas empresas com o intuito de não apenas dilatar e ressignificar o acontecimento no tempo, mas a suas próprias histórias em relação àqueles idos.

Após consumado o golpe, ambos os jornais assumiram em suas páginas uma postura de clara celebração e otimismo. Caminhando junto ao discurso oficial dos militares, viam na “revolução” a retomada da democracia e da legalidade no país, então comprometida pelo mal do comunismo e pela corrupção generalizada. Campanhas cívicas era criadas pelos jornais para celebrar os grandes feitos do regime, o trabalho e o progresso da nação. As próprias empresas, concomitantemente, vangloriavam-se de seus avanços técnicos, com o crescimento das vendas batendo recordes de tiragem, a aquisição de novos e modernos maquinários e a potencialização da distribuição de suas novas edições. Ainda que críticas

pontuais aparecessem com relação aos desmandos do governo, a “revolução democrática” era construída discursivamente como os “tempos gloriosos”⁴ de um governo que seguia seus “nobres ideais”⁵ dentro da legalidade e com reconhecida plenitude.

A adesão destas empresas aos preceitos do regime era neste momento tão claro e explícito que, de acordo com Napolitano (2017), era como se os jornais sentissem pertencentes a uma espécie de “clã dos revolucionários de primeira ordem”, autoridades morais que não apenas caminhavam junto ao regime, mas que deveriam também pautar possíveis rumos a serem tomados por ele. Não à toa, *O Globo*, por exemplo, afirmava apoiar o governo “de peito aberto e bem consciente da posição assumida” e que suas críticas, quando feitas, deveriam pautar-se sob um papel construtivo, sem causar “danos maiores” ao processo “revolucionário” em curso.⁶ Aliás, era preciso seguir firme com a “limpeza de terreno” para dar continuidade às políticas do regime, lutando contra falsos alarmismos e boatos. Era hora de “reforçar e não de afrouxar”, já que um governo não se torna popular “à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas”, enfatizava o jornal, às vésperas da deflagração do Ato Institucional nº 5.⁷

Considerado o momento de ruptura de um regime que “escancarava-se” de fato em uma ditadura (GASPARI, 2002), o período pós-AI-5 é comumente visto também como uma fase em que se encerrou as possibilidades de uma chamada “autonomia jornalística” (KUCINSKI, 1998). Se a grande imprensa brasileira conquistara um papel ativo frente à construção e legitimação do golpe e do regime, agora se iniciava, de acordo com essas

3 Estamos aqui nos utilizando dos trabalhos de Aarão Reis (2014), Napolitano (2014) e Ferreira e Gomes (2014), este último essencial para pensar particularmente o contexto e as conjunturas que deflagraram o golpe. Para uma análise minuciosa sobre a relação do empresariado e de parcelas da sociedade civil para a consolidação do golpe, consultar o trabalho de Dreifuss (1981). Sobre o papel das mídias e do jornalismo, consultar Abreu (2005) e Carvalho (2010). E, mais especificamente, sobre os casos da *Folha* e *O Globo*, ver as obras de Dias (2014; 2018) e Costa (2015)

4 RESSURGE A DEMOCRACIA. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.625, p. 1, 2 de abril de 1964.

5 Volta à normalidade. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.716, p. 4, 9 de abril de 1964.

6 Um marco de esperança. *O Globo*, ano XL, nº 11.859, p. 1, 5 de janeiro de 1965.

7 Não é hora de afrouxar. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.656, p.1, 10 de agosto de 1967; Hora difícil. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.021, p.1, 17 de outubro de 1968.

leituras, o período em que não era mais possível se fazer jornalismo. Não aquele dito “moderno” e independente, profissional, pautado na objetividade e na busca comprometida pela verdade dos fatos. Havia agora uma censura rigorosa cerceando a informação, limitando a prática profissional e calando suas vozes, mesmo para aqueles jornais que ainda se mantinham defensores da “revolução” e/ou pediram seu gradativo endurecimento.

Logo após decretado o AI-5 tanto a imprensa paulista quanto a carioca receberam separadamente dos generais um “manual de comportamento”, orientando como deveriam a partir de então conduzir suas práticas frente ao novo cenário político. Em linhas gerais, ambos os documentos continham as mesmas premissas, tendo como objetivo fazer com que os jornais seguissem algumas normas prescritas. O “total respeito à Revolução de 1964” precisava ser preservado e para isso era necessário:

Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas. [...] as notícias devem ser precisas, versando sobre fatos consumados. [Não deverão ser divulgadas notícias que possam] desmoralizar o governo e as instituições; veicular críticas aos Atos Institucionais; comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil; veicular declarações, opiniões ou citações de cassados; veicular atividades subversivas, [...] notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, [...] formação e preparação de guerrilhas, [...] mesmo se tratando de fato consumado e provado.⁸

Mesmo com uma censura prévia ainda não legalmente institucionalizada, - principalmente para a *Folha* e o *Globo*, que não contaram com censores em suas redações - a ditadura passava a delinear um horizonte que demandava dos jornais certas escolhas e posicionamentos. Para o regime, a “falsidade” e as notícias “tendenciosas” eram aquelas

que diziam respeito à sua instabilidade e que, portanto, deveriam ser evitadas. Os fatos, mesmo consumados, deveriam ser utilizados sob critérios previamente estabelecidos e, diante disso, os jornais passaram a legitimar a narrativa de que fizeram o “possível” para articular as “verdades” de um jornalismo que em tese passaria por filtros, como se aquilo que se poderia ou não relatar dependia de responsabilidades que muitas vezes não lhes competiam diretamente.

Não há de fato como negarmos que a implantação de um regime de exceção criou uma série de obstáculos para a prática jornalística. E que a partir daí muitos resistiram, mas muitos também silenciaram-se ou até mesmo aderiram às imposições para responder a projetos e causas particulares. Outros, no entanto, apenas seguiram fazendo o seu jornalismo como antes, se (auto)censurando para poder seguir com as regras do jogo.

Por isso, é importante frisar que a ideia de “autocensura” funcionou como um tipo de “acordo forçado” (SMITH, 2000) entre o regime e uma grande imprensa que, salvo exceções pontuais, consentiu com as proibições. Banalizando-se como uma prática cotidiana que se dava por “modalidades diárias de inércia” este consentimento se dera tanto pelo endosso e/ou acatamento da repressão, como por mera obediência às regras impostas. Um “oportunismo pragmático” que, portanto, nunca era transparente, pois diluía as responsabilidades tanto daqueles que impunham as restrições, quanto dos que as acatavam. Como uma cumplicidade baseada por restrições auto impostas e, ao mesmo tempo, veladas, - pois não chegavam diretamente a seu público e nem foram formalmente “oficializadas” pelo regime -, o jornalismo costurava assim seus acontecimentos sob uma “verdade” que se dava por uma questão de valoração: “Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente.” (SMITH, 2000, p. 136)

⁸ As notas, condensadas aqui, foram publicadas pelo jornal *Resistência* no dia 21 de janeiro de 1969 e cedidas a Kushnir (2004, p. 108) pelo jornalista Elio Gaspari.

A prática da autocensura não deixava sequer cicatrizes, como bem aponta Kucinski (1998), visto que suprimia a própria premissa de que a informação estava sendo controlada. O jornalismo só publicaria assim as verdades que lhes fossem convenientes e/ou adequadas para manter a continuidade de suas empresas. Uma “fraude” baseada na supressão intencional de informações e naquilo que poderia ser considerado como uma “mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade.” (KUCINSKI, 1998, p. 51) Se o decreto do AI-5 teria dado um fim à “autonomia jornalística”, não há como negarmos também que este jornalismo soube muito rapidamente se adaptar à nova situação imposta. O jornalismo “possível” se fazia sob um leque de possibilidades que os tornava assim complacentes com relação aos desmandos da ditadura.

A autocensura ajudava a criar consensos necessários para a legitimidade de ambos os empreendimentos. Por ser um tipo de censura “envergonhada” e “defensiva” para o regime, tornara-se a “solução preferida” para os proprietários dos grandes jornais, já que ela não chegava a afetar drasticamente o modo de produção de seu jornalismo, como fizera por exemplo a censura prévia e permanente. (KUCINSKI, 1998) Mesmo quando calados e/ou silenciados, estes jornais optaram assim por se manter ao lado do poder, tornando-se paradoxalmente “agentes” e “vítimas” da autocensura. Ao que parece, àquele momento, “permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade.” (KUSHNIR, 2004, p.52)

Fato é que, mesmo com uma censura em curso que orientava os jornais a não explicitar as inquietudes do regime, os acontecimentos relacionados às “atividades subversivas” foram dos que mais ganharam destaque nas páginas de ambos os jornais àquele momento, alimentando a narrativa de que havia uma “guerra psicológica” sendo travada no país e um evidente

mal a se combater. Eram frequentes as reproduções de fotos e perfis dos “terroristas” procurados pela ditadura e a constante publicação da “caça” travada para desbaratar estes grupos e seus “ninhos” subversivos.

Se apropriando apenas das versões oficiais dos órgãos de segurança, a cobertura sobre a oposição à ditadura no país era, portanto, retratada a partir de uma imagem bastante negativa, “às vezes até mesmo doentia” (ABREU, 2000, p. 167) dos militantes políticos procurados pelo governo. Caracterizados muitas vezes como criminosos comuns, indivíduos fora da lei, perigosos e agressivos, os jornais destacavam estes acontecimentos sob uma narrativa de cunho muito mais policial do que político. Editados como *fait divers*, ganhavam assim características espetaculares de grande apelo jornalístico, facilitando uma associação direta entre os “criminosos” e seus atos. A autocensura, como uma atitude deliberada, se mostrava uma escolha que por vezes poderia potencializar seu jornalismo, mais do que o restringir.

Para nos atermos a um breve exemplo, podemos mostrar com a *Folha*, ao mesmo tempo em que continuava auxiliando o regime na caça aos “terroristas”, chegava a omitir deliberadamente os cada vez mais crescentes casos dos desaparecidos políticos no país. Em um de seus editoriais o jornal questionava inclusive a existência de presos políticos em um dos períodos mais duros da ditadura. Afirmar isso seria uma clara “distorção da verdade”, proferida por aqueles que procuravam apenas denegrir a imagem de um país em ascensão. Esta interpretação equivocada poderia até ser admitida no exterior, “por falta de melhor conhecimento” de nossa realidade. Mas, prosseguia a *Folha*, o que não se entendia, “não se admite, e choca, assim, a nossa própria sensibilidade” é que alguém no próprio Brasil poderia dar eco a estas falaciosas versões.”⁹

⁹ Presos políticos? *Folha de S. Paulo*, ano LII, nº 15.720, p. 6, 30 de junho de 1972.

A verdade, ela tem um preço. Talvez um pouco caro àquele momento, talvez relativamente “irrelevante”, porque o próprio jornalismo compactuava em termos com as “verdades” que a ditadura lhe exigia que fossem reveladas. A postura tomada por nossos jornais neste momento não pode ser, desta forma, relativizada como uma simples perda de autonomia. Paradoxalmente, era preciso perde-la para se continuar “autônomo”. As críticas pontuais ao regime, ao que parece, poderiam ser deixadas de lado. Havia uma verdade maior posta em jogo: a continuidade do processo revolucionário, de um lado, e a independência” do jornalismo dito moderno e profissional, de outro. O jornalismo possível exauria suas possibilidades ao mesmo tempo que as ampliava.

Podemos considerar, neste sentido, que a autocensura exercida pelos jornais naquele período era uma espécie de prática que se dava tanto pela *convivência* quanto pela *conveniência*, já que suas vozes silenciavam quando se julgava oportuno, mas também se posicionavam explicitamente quando se pretendia defender supostos interesses. Poderiam assim ser um e outro ao mesmo tempo, pelo que falavam ou deixavam de dizer. Atitude que facilitaria inclusive um posterior embaralho destes posicionamentos nos jogos da memória e esquecimento, acionados em sucessivos presentes do futuro. Dizer que estes jornais “silenciaram” simplesmente porque não podiam resistir às pressões exercidas pela ditadura acaba por diluir uma série de estratégias que também se costuravam sob bases muito mais ambíguas e contraditórias.

Uma memória que se quer história: o jornalismo e seus *clichês historiográficos de autolegitimação*

O discurso da *resistência*, que passou a configurar aquilo que Napolitano (2014) definiu de uma “memória hegemônica” da/sobre a ditadura, começou a ser construído, a partir de uma série de

ressignificações do acontecimento, já no processo de distensão política do regime, quando este passa a ser re(a)presentado, sutil e gradativamente, como um movimento a ser superado, diante de seu visível esgotamento. Assim, os jornais, já livres de uma censura oficialmente institucionalizada e fortalecidos política e economicamente, passam a caracterizar a “revolução” como um “movimento militar” repleto de contradições e ambiguidades, ainda que *O Globo* tivesse caminhado com o regime até praticamente seu estertor.

É evidente que estes discursos foram sendo costurados de maneira bastante enviesada ao longo do tempo, ampliando uma chamada política de pluralidade e de autonomia editorial que estas empresas almejavam conquistar ao longo da ditadura. Não nos cabe aqui analisar todo este contexto, mas sim perceber que a emergência e potencialização destes discursos auxiliou as empresas a fazer reconhecido seu protagonismo frente ao período de redemocratização política que se descortinava no país, reconfigurando as suas próprias identidades e do chamado jornalismo profissional frente àqueles anos.

Dilatando o acontecimento sob uma série de releituras e revisões críticas, estas narrativas tornaram-se marcos significativos para legitimar não apenas as “verdades” construídas por este jornalismo, mas também e acima de tudo, foram fundamentais para evidenciar as próprias capacidades de uma instituição que se dizia autorizada a revelar e portar tais verdades, como se estas fossem de fato a – “*verdadeira*” - *história* dos referidos acontecimentos. Se apropriando destes discursos, o jornalismo passava assim a legitimar a sua própria história, delimitando as capacidades de uma instituição que pretendia ser reconhecida como mais “verdadeira” do que as outras, pela forma como revelava e dava novas vidas a fatos até então omitidos e/ou silenciados.

Para auxiliar neste processo de reconfiguração do acontecimento e de sua própria história em relação a ele, fundamental para redefinir suas identida-

des em tempos de democracia, estes jornais se utilizaram de uma série de estratégias discursivas sob as quais definimos de *clichês historiográficos de legitimação* (DIAS, 2018), termo utilizado mais metaforicamente do que como conceito, para designar um tipo de história particular que os jornais, - com o auxílio de seus pares e uma “comunidade interpretativa” (ZELIZER, 1992) específica - procuraram cristalizar no, com e pelo tempo. Uma história que, pela constante rememoração, acabou por reconfigurar algumas narrativas oficiais sobre sua atuação na e sobre a ditadura, legitimando assim seu papel de protagonismo e resistência.

A emergência destes *clichês* se deu com a gradativa publicação de obras oficiais sobre a história dos jornais, bem como por biografias, depoimentos e memórias de jornalistas, alimentadas e propagadas nas próprias páginas dos jornais, em edições comemorativas e nos momentos de efeméride das empresas.¹⁰ Com isso, passa-se a caracterizar a ditadura e/ou o regime militar - não mais uma “revolução”, é preciso frisar neste momento - como os

10 Temos como marco do surgimento destes *clichês* a publicação da obra “História da Folha de S. Paulo” (1981), produzida pelos historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato a pedido da direção do jornal, em virtude das comemorações dos 60 anos da empresa. A ela se seguiram outras importantes referências, publicadas por iniciativa do próprio jornal (Folha, 1985; 1991; 2003) ou a partir de sua editora, como obras de encomenda (Paschoal, 2007; Pilagallo, 2011; Pinto, 2012). No caso de *O Globo*, este processo se deu de forma relativamente mais tardia, tendo como marco a biografia de Roberto Marinho, publicada pelo jornalista Pedro Bial (2004), o livro sobre a história do Jornal Nacional (2005) e a biografia de Boni (2011), importante personagem dentro do grupo. Além destas obras, a empresa foi responsável por articular um amplo projeto de memórias intitulado “Memória Globo” (www.memoriaglobo.com), onde são construídas uma série de narrativas sobre sua história com o intuito, inclusive, de responder a “erros e acusações falsas”, incluindo temas tabus como o seu apoio dado ao golpe de 1964. Para uma análise mais detalhada sobre a construção e utilização destes *clichês* por parte das empresas, consultar Dias (2018).

“tempos agônicos”, um “período negro”, onde sequer havia condições de se atuar politicamente. Ainda que estas narrativas assumam o apoio dado pelos jornais ao golpe, este apoio é muitas vezes relativizado, silenciando um processo que se deu sob aparentes ambiguidades. Como *clichês*, portanto, estas narrativas simplificam e retroalimentam discursos dicotômicos. Se houve censura, esta atuou apenas de forma unilateral e repressiva, restando aos jornais apenas acatar as imposições, silenciar. Quando não o fizeram, sofreram as devidas sanções, represálias que acabaram por potencializar o contundente papel de *vítimas-resistentes* destes jornais, circunscrevendo “álubis” sobre suas atuações ao longo da ditadura.

Surge a partir daí alguns discursos máximos de autolegitimação das empresas, como a identificação da *Folha* como o “jornal das diretas”, por sua atuação política incisiva frente ao processo de redemocratização, bem como a máxima dos “comunistas do dr. Roberto”, em referência ao suposto caráter combativo assumido pelo proprietário de *O Globo*, jornal que abrigava reconhecidos jornalistas de esquerda em suas redações. Estes discursos, que caminham junto à “verdadeira” história construída pelos jornais e a uma identidade que se quer fazer reconhecida a partir dela, tem como intuito potencializar as capacidades do próprio jornalismo profissional enquanto instituição, por isso a importância desta constante e incisiva retroalimentação.

Ao nos referirmos a estes *clichês historiográficos* não estamos tratando de uma escrita da história propriamente dita, mas de discursos que, constantemente rememorados, acabaram por se legitimar como história pela forma como foram (re)apropriados pelos jornais ao longo do tempo. Vale ressaltar também que estamos tratando de discursos díspares que se retroalimentam e se inscrevem historicamente sob diferentes perspectivas, na medida em que são acionados por uma gama complexa de agentes, conjunturas e temporalidades, das quais não poderemos

dar conta neste estudo em questão. O que vale pontuar aqui é que, a partir destes *clichês*, foi se legitimando uma história “verdadeira” sobre a “verdadeira” história dos jornais e seu jornalismo em relação àqueles idos. Uma história que acaba por silenciar uma série de vicissitudes inerentes à atuação destes jornais ao longo da ditadura.

Devemos partir da premissa, portanto, de que não se pode contar “tudo” sobre o passado quando este é articulado narrativamente. Pelo contrário, o que fazemos são sempre apropriações seletivas, visando objetivos particulares no presente. (HALBWACHS, 2004; POLLAK, 1989, 1992). Estamos tratando de uma história que, pela memória, se utiliza concomitantemente de lembranças e esquecimentos. Uma memória que realiza usos mas também “abusos” sobre o passado, que pode ser manipulada deliberadamente pela forma como é articulada e narrada, com o intuito de “impedir” que determinadas memórias emergam, sacralizando um presente que se projeta ao devir. (RICOEUR, 2007)

Considerações finais: os *clichês* como um ponto de chegada e partida

Quando propomos percorrer as “dobras” destas memórias construídas pelo jornalismo estávamos cientes de que precisávamos colocar alguns destes discursos entre parênteses, com o intuito de não relativizarmos uma história que se faz mais complexa. Aqui nos coube diagnosticar, de forma breve e contextual, apenas a emergência deste processo, fundamental para perceber as ambiguidades de uma prática que se deu sob deliberados e paradoxais usos da lembrança e do esquecimento. Mais do que problematizar discursivamente as relações do jornalismo com a ditadura, discutindo suas adesões e consentimentos durante as práticas de (auto)censura, nos propomos em demonstrar como, entre a memória e a história, a própria ditadura esteve atrelada à constituição da identidade destes jornais.

Ao trilharmos um caminho onde determinadas narrativas potencializam-se em detrimento de outras, com o intuito de legitimar “verdades” que se pretendem reconhecidas, procuramos demonstrar não apenas como os acontecimentos são passíveis às mais diversas re(a)propriações discursivas ao longo do tempo, mas como, ao afetar esta cadeia de relações, o jornalismo acaba por deliberadamente ressignificar a si mesmo e sua própria história. Destrinchar os meandros destes discursos nos soa fundamental para problematizar o próprio estatuto de “verdade” construído pelo chamado jornalismo “profissional”, instituição que vêm procurando se legitimar historicamente como portadora autorizada a relatar os fatos que acontecem no mundo. Evidenciar a constituição destes *clichês* para irmos além deles, foi a que nos propomos neste breve trabalho de historicização de um percurso.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ABREU, Alzira Alves de. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro. v. 11, n. 2, ago-dez, 2008.
- _____. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, Rio de Janeiro, v.10, n.20, jan/jun. 2010.

- ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas : UFRB, 2012.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961/64)*. Niterói: Eduff, 2010.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- COSTA, Edwaldo. *Mea culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015.
- COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a "ditabranda"*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- _____. *A verdade dita é dura: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2018.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. *Primeira Página*. 1925-1985. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.
- _____. *20 textos que fizeram história*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1991.
- _____. *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GROPPO, Bruno. *Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (org.) *1964: 50 anos depois: a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- KUCINSKI, Bernarndo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. 1940-1944. Os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: Europa, vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015.
- _____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio/ago. 2017.
- OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. *O livro do Boni*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PINHEIRO, Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.
- _____. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- _____. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHÉUS, Leticia Cantarela (Orgs.). *História da comunicação: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História) - Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

WAINBERG, Jacques Alkalai. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*. Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 50-68, jul./dez. 2010.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

André Bonsanto Dias – Bolsista de pós-doutoramento (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) **E-mail:** andrebonsanto@gmail.com

Recebido: 23 nov. 2018

Aprovado: 19 dez. 2018

